

DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO: uma questão ímpar no contexto histórico político-social

Venúzia Santos SILVA

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo realizar uma revisão literária sobre o desenvolvimento e suas constantes performances que faz parte de uma sociedade dinâmica. Através dessa revisão envolvendo artigos, revistas e periódicos busca-se o entendimento retomando pesquisas já realizadas de diferentes autores. Inicialmente aprofundou-se sobre a conceituação de “desenvolvimento” primando pelos desdobramentos capitalistas sob o pano de fundo do progresso e suas possíveis revoluções, como também, buscou-se a interação de diálogos a respeito de sua utopia dicotômica. Foi subscrito um relato fiel sobre as origens desses vocábulos entre as classes sociais. Identifica-se neste ensaio que a dualidade diferencial entre os conceitos se firmam com respaldos contextualizados na praticidade dos aportes históricos e teóricos sobre o tema e suas formas influenciáveis de um conjunto de fatores desarticulados socialmente. Trata-se, contudo, de uma discussão sobre desenvolvimento, progresso e sociedade capitalista, revelando questões abstraídas do contexto sócio histórico e político, proporcionando reflexões subjetivadas às políticas econômicas do momento atual. Conclui-se, neste estudo a urgente e necessária defesa de uma política desenvolvimentista nos segmentos da economia moderna.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Progresso. Sistema Capitalista.

68

INTRODUÇÃO

Este ensaio reúne as significativas contribuições feitas por diferentes estudiosos da área das Ciências Sociais sobre o Desenvolvimento e o assintomático Progresso. Estas pesquisas contribuíram para uma exaustiva reflexão crítica-constructiva ao chamado crescimento social, político e econômico, o qual alinhava discursos, debates e ações homo e heterogêneas em literaturas diversificadas.

Distanciando, contudo, de um discurso análogo, os autores aqui dispostos expressam a diversidade causal de investigações plausíveis a uma compreensão coerente ao contexto da Modernização e interações simbólicas que recobrem toda uma sociedade, inquerindo, portanto, os muitos atores neles envolvidos.

Neste sentido, o trabalho apresenta-se em três sessões assim percorridas: na primeira serão destacados alguns aportes históricos e teóricos sobre o tema, onde traz embasamentos literários retratando a conceituação contextualizada da palavra “desenvolvimento” e seus aportes técnico-científicos à luz de uma esperança corporativa e ideológica.

Os autores, aqui dispostos, Esteves, Radommsky, Sbert (2000) e Furtado (1974) diante das vivências do ser humano sujeitos a mudanças, o termo “desenvolvimento” se torna autônomo na fala expressiva de brasileiros que buscam expressar o sentido da palavra.

Desta forma, a literatura tenciona a magnitude da problemática ao desvelar o termo em seu primordial contexto conceitual, remetendo-se cronologicamente à história e seus

precedentes teóricos, destacando historicamente, os Estados Unidos como uma plataforma propulsora ao desenvolvimento sob a ótica da Constituição Norte-Americana, emergindo uma nova posição hegemônica no mundo.

Identifica-se no desenrolar dos estudos uma quebra de correntes dogmáticas do desenvolvimento, subscrevendo conceitos, incorporados, contudo, a este estudo, além de movimentos literários sob as perspectivas do capital social, a crítica do desenvolvimento igualado ao crescimento econômico e os novos saberes para uma mudança social.

No entanto, ambos destacam questionamentos da origem do termo ao se remeter a era do desenvolvimento quando essa, surgia politicamente em campanhas de nível global com a posse do Presidente Truman, o qual também (re) definiram o termo atribuindo um novo significado a palavra subdesenvolvimento, referindo-se, nesse contexto, a era da hegemonia norte americana, criando assim, uma nova modelagem do “eu” e do “outro”.

Neste sentido, introduz nesta primeira seção, questões históricas como respaldos coerentes, interligando o contexto atual ao famoso discurso de Truman em 1949, ao restaurar o princípio de esperança entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Dado a devida atenção às questões aqui abordadas, identifica-se a notória dinâmica estabelecida, para revitalização do desenvolvimento, abstraído das organizações sociais e do Estado, quando desvalorizado pelas Ciências Sociais em relação ao Pós-desenvolvimento e seus derivados: subdesenvolvimento, semi-desenvolvimento entre outras derivações acrescidos de diálogos críticos. No entanto, neste texto, uma grossa verbalização entre linhas, em vistas internacionais dedica-se a exames minuciosos do dito “desenvolvimento”.

Ainda no contexto histórico, os autores Esteva, Radommsky, Sbert (2000), reportam-se estrategicamente às questões políticas da Segunda Guerra, quando nesta fase, o subdesenvolvimento se desencadeou rotulando bilhões de pessoas como “subdesenvolvidas”.

Dando continuidade à temática, a segunda sessão deste estudo, perfaz sobre o Diálogo interativo entre Desenvolvimento e Progresso com contundentes abordagens teóricas, onde movimenta introdutoriamente características da modernidade, a fim de justificar o surgimento do desenvolvimento no mundo moderno, buscando a compreensão evidenciando às novas noções de ciência e tecnologia ligadas a fé e ao progresso, na qual se encontra ameaçada espiritualmente.

Ao conceituar o termo “progresso”, pode-se observar um decrescente prestígio como consequência das duas Guerras Mundiais e da grande depressão econômica mundialmente falando. Contudo, a União Soviética e outros países socialistas proclamavam o Programa do Partido Socialista em 1961 com força messiânica.

Retomando este pensamento, os norte-americanos, após a II Guerra Mundial acreditavam na palavra “progresso” quando da descrição das conquistas do modo de vida, criando assim, nos anos 60, a Aliança para o Progresso. Essa confiança foi perdida ao logo em seguida com os assassinatos internos e acusações de genocídios, apagando deste modo, a luz do progresso.

A ideia de revolução perseverava, contudo, essa fé e fanatismo justificavam as conquistas e aventuras estrangeiras, com seus assassinatos e destruição de forma generalizada.

O estudo, traz reflexões significativas a respeito de duas espécies de pessoas: as que evoluíam decorrente do progresso e aquelas que evoluíam com o progresso dos outros. Com tantos poderes nas mãos de grupos menos privilegiados, o monopólio do poderio erário foi restabelecido pelo poder real.

A modernização defensiva seguia caminhos diferentes do progresso, destacando como exemplos do próprio autor, Pedro “o Grande”, na Rússia e depois, levada com êxito pelos japoneses. Contudo, o impacto da era imperial ocidental, o resto do mundo não poderia trilhar o mesmo caminho.

Segundo os discursos dos autores aqui apresentados, as colônias espanholas em meados do século XVI, sofreram com aculturação europeia e como consequência o progresso sem qualquer senso de ambivalência moral. Deve-se ressaltar aqui, que as palavras em destaque no centro da bandeira brasileira “Ordem e Progresso”, as quais resumem os ideais de Comte, contraditoriamente, tornou-se slogan da ditadura militar no México que consolidou o Estado-Nação.

Em seu histórico, a partir do século XX, os europeus trocaram o rótulo do resto do mundo como sujeitos sem educação e atrasados culturalmente, para “povos subdesenvolvidos”, oportunizando outrossim, a retomada da palavra desenvolvimento, tendo em vista o progresso dogmático instituindo grandes expectativas, permanecendo implícita sendo, então, conhecida e valorizada na teoria do progresso econômico.

Neste sentido, o oportuno desenvolvimento desencarilhou o termo “progresso” tornando-o redundante frente ao Primeiro Mundo em termos de conquistas econômicas e culturais indisponíveis ao resto dos inquilinos do globo terrestre.

Por fim, na terceira e última sessão, “Descortinando à ilusão utópica de Desenvolvimento”, encontraremos alguns argumentos interpretativos acionados pelos responsáveis da obra: Como negar que a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos, se isso tem sido de grande valia para mobilização dos povos da periferia por levá-los a aceitar enormes sacrifícios? Assim, se insinuam os literatos ao discorrer sobre a temática.

Neste contexto, discorre-se sobre o processo de acumulação remetendo-se ao simbólico quadro estrutural do sistema capitalista, onde observou-se uma lacuna significativa e crescente da homogeneização com contínuo agravamento.

Neste sentido, o raciocínio do autor sobre o processo de acumulação, torna-se autossuficiente sobre as pressões dos recursos não reprodutíveis, submetendo-se a dois tipos de pressão sobre os recursos: a disponibilidade de terra arável a ser utilizada na agricultura de subsistência e, os efeitos da elevação do nível de consumo das populações ligado diretamente ao processo de desenvolvimento. Portanto, considerar-se-á a estabilidade financeira concentrada nos países de alto nível o qual pressiona o processo de crescimento econômico.

Enfaticamente, o autor sintetiza, nesta seção, essa pressão como uma simples concentração geográfica da renda a qual beneficia países consumistas, contrapondo os recursos reprodutíveis. Ainda nesta linha de entendimento, as relações entre acumulação de capital e a pressão sobre os recursos tornam-se intrínsecas sob observações empiristas.

Em resumo, é identificado através de dados genéricos onde se verifica que de acordo com números populacionais milhões de pessoas vivem no centro do sistema capitalista em periferias, caracterizando, por fim, um crescente alinhamento funcional independente dos tipos de pressões citadas anteriormente, contudo se faz admissível pela maioria dos estudiosos, uma possível estabilidade nos próximos decênios.

Visivelmente pode-se constatar os danos causados pela orientação do desenvolvimento ao concentrar a renda em benefício dos países ricos nos países pobres, a redução na taxa de mortalidade.

Desta forma, os estudos relativos à distribuição de renda nos países periféricos, evidenciam a reprodução das formas de consumo enquanto que a dos países acêntricos é diminuída, considerando que o nível de renda dessa população é dez vezes mais elevado que o da população dos países periféricos. Conclui-se, portanto, que nesta situação uma boa parte da população não conseguiria sobreviver por estar repartida de forma desigual com a massa da população.

Ainda neste contexto, se faz apreensível a crescente desigualdade abstraída da massa minoritária dos países periféricos permeando o ambiente desfrutado pela população de alto nível dentro de um imperialismo sistema capitalista.

Ao justificar a evolução do sistema, o responsável por este estudo, acrescenta reflexões abstratas sobre os excluídos de países periféricos os quais detêm uma considerável medida de massa, resultando em mutações de poder político em relação ao processo de desenvolvimento.

Assim, ampliando este debate sob a visão de possibilidades evolutivas que se estendem aos países periféricos, Esteva, Radommsky, Sbert (2000) e Furtado (1974) externalizam neste ensaio, “a hipótese de persistências das tendências que prevaleceram no último quarto século, a intensa concentração da renda em benefício da reduzida minoria, como também o reforço burocrático que controlam os estados na periferia, o qual tem se manifestado recentemente, além de considerar também como outra possibilidade as modificações políticas decorrentes das mudanças substantivadas na orientação do processo de desenvolvimento.

Conclusivamente o autor finaliza agradecendo a ruptura cataclísmica, carente de fundamentos, caracterizando, todavia, o estilo de vida originado pelo capitalismo industrial, privilégio esse, da minoria.

Destarte, o chamado desenvolvimento econômico, argumento dos povos pobres na utopia de algum dia usufruir do mesmo padrão de vida dos povos ricos, considerado por Furtado (1974), irrealizável, ou seja, a ideia de “desenvolvimento econômico” não passa de um simples mito.

Portanto, ao colocar em relevo abordagens metafóricas, os autores supracitados em destaques, refletem sobre os diversos caminhos percorridos, alusivos às concepções do desenvolvimento e suas consequências de forma crítica pelas pesquisas.

Teorizando historicamente a temática

É observado em literaturas, principalmente, das áreas de Ciências Sociais e Econômicas a insistente discussão sobre desenvolvimento, portanto, não seria diferente para Radommsky e Esteva (2000), abordar a temática com segurança magistrada. Apoiando-se às questões do “desenvolvimento” e sua transitoriedade os autores

comungam dos mesmos aportes literários e antropológicos dialogando inteligentemente sobre os processos (in) civilizatórios pertinentes à modernidade contrapondo à colonialidade.

Desconstruindo as tentativas de superação, o poder discursivo ideológico de tal esperança desenvolvimentista subjaz a um debate inquestionável, tanto no campo das Ciências Sociais, quanto no campo das Políticas Públicas. O campo do desenvolvimento, por sua vez, produz e nutre para o seu cordial funcionamento o “*status quo*”.

Tratando-se de definições sobre “desenvolvimento”, a literatura nos apresenta, segundo Esteva (2000), na fala de:

Nyerere: desenvolvimento significa a mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos.

Rodolfo Stavenhagen: etnodesenvolvimento ou desenvolvimento com autoconfiança ciente de que precisamos “olhar para dentro” e “buscar nossa própria cultura” em vez de usar visões alheias emprestadas.

Jimol Omo-Fadaka: desenvolvimento deve ser “de cima para baixo” quando não conseguem atingir os objetivos que essas próprias estratégias explicitam para o mundo.

Orlando Fals-Borda e AnisurRahman: desenvolvimento deve ser participativo, cientes das exclusões feitas em nome do desenvolvimento.

JunNishikawa: propõe um “outro” tipo de desenvolvimento para o Japão, ciente de que a era presente está chegando ao fim. (ESTEVA, 2000, p.60-61).

72

O autor, ainda, em suas notas explicativas procura recuperar as forças antagônicas desprendidas devido a argumentos inconsistentes de investigações que obtiveram êxitos nas décadas de 60 e 70 em ritmo de “modernização social” e crescimento econômico.

Neste sentido, considerando a presença estatal como “matriarca”, o ilustre autor, articula com sensatez a importância do mercado e o cenário do novo desenvolvimento, culminando numa maior participação global, com relevâncias paradoxais aos processos territoriais do desenvolvimento.

Concomitantemente, ambos asseveram em seus ensaios literários, que a ideia de desenvolvimento “não perde força imaginativa e poder conceitual, mesmo em meio à ruína que um olhar crítico poderia depurar” (RADOMMSKY, 2000, p. 149).

Desta forma, Radommsky e Esteva (2000), destacam como fundamental neste estudo, os principais argumentos contundentes à diversidade do pós-desenvolvimento e seus derivados como narrativas e práticas do poder e posteriormente às críticas dos defensores desse mesmo desenvolvimento.

Radommsky (2000), por sua vez, visualiza estes argumentos na desconstrução do desenvolvimento e a epistemologia da teoria social, a qual se oriente através da descolonização problematizada nos programas e políticas desarticuladas.

O terreno minado do desenvolvimento, inquieta o autor: o que é desenvolvimento afinal? Procurando responder a esta indagação, busca outros diálogos coerentes, reafirmando que “[...] é fundamental mostrar o desenvolvimento funcionando ancorado no mito do progresso e na concepção linear de história para o pensamento

ocidental”. (RADOMMSKY, 2000, p. 154), constituindo-se como uma crença num conjunto de práticas contraditórias.

Ao se reportar às mudanças inevitáveis do desenvolvimento, Esteva (2000), complementa as ideias dos autores emergindo a palavra “subdesenvolvimento” buscando cronologicamente a história política, ressaltando em sua abordagem temática ao constatar evidências postuladas em pesquisas.

O subdesenvolvimento começou, assim, em 1949. Dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. Em um sentido muito real, daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p.60).

Neste contexto, o autor procura expandir o debate fazendo recortes históricos sobre uma nova era que surgia com a posse do Presidente Truman, dando então, um novo significado a palavra “desenvolvimento”. Contraditoriamente, ainda esclarece: “o subdesenvolvimento era a criação do desenvolvimento”. (Idem, p.66).

Diálogo interativo entre Desenvolvimento e Progresso

Ilustrativamente, a pesquisa retoma questionamentos pertinentes a respeito do quem vem a ser “progresso” neste contexto ideológico. Sbert (2000), inicia seu discurso traçando caminhos sobre a modernidade apegado a uma esperança tomada pela “fé no progresso”, com a única intenção de dar sentido a temática.

Como o lema polêmico do positivismo, o Estado-Nação levanta sua bandeira estabelecendo uma força universal lançando sombras sobre este dogma numa crescente conformidade do governo.

Estando a cultura moderna ameaçada em relação à espiritualidade dos sujeitos (SBERT, 2000), a fé no Progresso tende a perder suas forças acarretando um colapso dogmático. A implosão do socialismo e o ideal desenvolvimentista em suas manifestações concretas, incorporaram o progresso no ritmo de revolução durante uma boa parte do século XX.

Antes de conceituar a palavra “progresso”, o autor reacende impasses inconsistentes do prestígio vocabular junto a outro termo “civilização”, consequência do terror das guerras. O progresso imobilizou as forças iluminadas da União Soviética e outros países socialista onde se iludiam com o comunismo, como proclamava o Programa do Partido Socialista em 1961: “[...] estabeleceria na terra a paz, o trabalho, a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a felicidade para todas as nações” (SBERT, 2000, p. 284).

Neste contexto, os norte-americanos, descreviam as conquistas do mundo intitulado o progresso como o mais novo modo de vida americano adequando-se à conveniente forma de Aliança para o Progresso. Porém, sem muitas delongas, os Estados Unidos se depararam com as decepções políticas decorrente a assassinatos e acusações de genocídios, apagando assim, a luz que iluminaria as esperanças de um futuro promissor.

No final da década de 1960, a fé no progresso ainda tinha muitos admiradores graças principalmente à ideia de revolução. A revolução pode não ter “tirado

o sono” da civilização moderna, mas certamente transformou os sonhos em pesadelos contínuos (SBERT, 2000, p. 285).

Como desabafo, Sbert (2000), justifica o auto fanatismo da fé nas conquistas e aventuras estrangeiras, mas também, todas as suas derrotas quando dos assassinatos e destruições generalizadas.

Em meio ao diálogo entre desenvolvimento e progresso, existe o debate sobre revolução, o qual foi bastante conveniente ao progresso com usos da política do desenvolvimento. Essa tríade vocabular se torna complexa ao se pensar nos precedentes das injustiças sociais. Como diz o autor: “[...] as esperanças de progresso mostram-se maduras e viçosas, iminentes e inevitáveis, e certamente não se renderiam de modo insensato” corrobora o autor.

Indubitavelmente, o termo “revolução” aporta grupos desprivilegiados ora aceites, ora resistentes ao monopólio do poder real. Desta forma, o autor explicita dois tipos de espécies de sujeitos: as que evoluem por conseguirem o progresso, e as que evoluem com o progresso de outrem.

Em ritmo acelerado, o progresso passou a ficar vulnerável e apresentar equívocos por não ser simplificado em sua lógica inconsciente do poder, perdendo então sua nobreza. Outrossim, consta-se nas pesquisas uma integração limiar entre progresso e cultura, mesmo em desenhos desconexos, citado como exemplo pelo autor, Pedro o Grande na Rússia, como primeira tentativa de estratégia de uma modernização defensiva.

Essa modernização passada por notórias eventualidades, em meados do século XX, foi incisivamente declarado pelos europeus como subdesenvolvidos aqueles povos atrasados, sem educação ou incivilizados, ao passo que as expectativas do progresso se ampliavam, porém, essas ideias continuaram implícitas.

Os termos “desenvolvimento” e “progresso” em seu dialogismo conceitual, foi nitidamente alcançado pelo Primeiro Mundo, porém limitada, com conquistas potenciais e asseguradas pela economia, ciência e tecnologia galgando caminhos tortuosos a se chegar no Terceiro Mundo, tendo em vista a sua logicidade de desenvolvimento.

DESCORTINANDO A ILUSÃO UTÓPICA DE DESENVOLVIMENTO

Estrategicamente Furtado (2000), refere-se ao desenvolvimento como “mito”, tendo em vista as conjecturas estruturais do sistema capitalista no processo de acumulação dando espaços para grandes inconsistências hegemônicas. “Essa orientação do processo de acumulação é, por si só, suficiente para que a pressão sobre os recursos não reprodutíveis seja substancialmente inferior à que está na base das projeções alarmistas...”. (FURTADO, 1974, p.69). Daí resultam pressões sobre o nível de consumo populacional que dificultam direta ou indiretamente, o funcionamento do sistema.

Um dos fatores preponderantes para que se mantenha a renda concentrada nos países de mais alto nível de vida, é o agravamento da pressão sobre os recursos, mola propulsora do processo de crescimento econômico, o qual amplia esse distanciamento entre a periferia e o centro do sistema.

[...] se fosse mais bem distribuído no conjunto do sistema capitalista, o crescimento dependeria menos da introdução de novos produtos finais e mais

da difusão do uso de produtos já conhecidos, o que significaria um mais baixo coeficiente de desperdício. (FURTADO, 1974, p.70).

Desta forma, se faz entender que a simples concentração de renda, realizada em benefício de países com elevada economia, gozando do mais alto nível de consumo, proliferam maiores pressões aos recursos inferiores, ou seja, não reprodutíveis.

Em notas explicativas sobre os tipos de pressões, o autor os diferencia como: recursos independentes, desempenhando papel fundamental, a qual estão na base das projeções e, pressões cumulativas onde geram conflitos no sistema podendo se generalizar em escala planetária, interessando cada vez menos a divisão entre centro e periferia contradizendo desta forma, a orientação de desenvolvimento, sendo esse, muito mais complexo em sua dinâmica.

Em estudo nesse período, apresenta em linhas gerais, dados do mundo capitalista refletindo sobre a população que vive no centro do sistema capitalista contrapondo a população excluída do mundo periférico. “A população do mundo capitalista está formada hoje em dia por aproximadamente 2,5 bilhões de indivíduos” (FURTADO 1974, p.71). Desse total, cerca de 800 milhões vivem no centro do sistema e 1,7 bilhões em sua periferia. Consideravelmente sua evolução populacional encontra-se fundamentada em linhas paralelas evidenciando uma ausência de mudanças para os próximos decênios.

Sendo assim, a dinâmica exclui de forma enfática a “hipótese de um fluxo migratório” massificando substancialmente a periferia, sendo aceito pela maioria dos estudiosos a ideia de estabilizar esse circuito. Este dilema de pressão conjugada, detona como consequência alarmante a taxa de natalidade, de forma que a população se encontra abaixo da idade de procriação permitindo se manter imutável por um longo período.

Contudo seria irrealista pensar, que as formas de consumo dos países cênicos seriam reduzidas. Como diz o autor “o fundo do problema é simples: o nível de renda da população dos países cênicos é, em média, cerca de dez vezes mais elevado que o da população dos países periféricos”. (FURTADO 1974, *ibidem*).

Conclusivamente, a despeito das pressões ocasionadas pelo consumismo, pode-se dispor de tais reflexões: enquanto a população capitalista aumenta seu conjunto de pressão também se eleva; se a população que efetiva as pressões dos recursos multiplica, sua renda média também elevar-se-á.

Admite-se, portanto, que tal pressão se multiplicará consideravelmente nos próximos séculos, realizando esse feito alicerçado em recursos menores. Em afirmação conclusiva Furtado (1974, p.73), critica:

[...] seria irrealista imaginar que um ritmo de crescimento dessa ordem, na pressão sobre os recursos não renováveis, constitui algo fora da capacidade de controle do homem, mesmo na hipótese de que a tecnologia continue a ser orientada em sua concepção e utilização por empresas privadas.

O alto nível de vida no sistema capitalista é outro dado importante destacado pelo autor nesta jornada literária visualizando o crescente peso na minoria privilegiada. Esse conjunto populacional de excluídos é fato X na evolução do sistema na orientação geral do recorrido desenvolvimento. Na perspectiva de novos olhares, abre-se

possibilidades evolutivas dando uma nova roupagem no sentido de favorecer a igualdade entre as formas coletivas de consumo e minimizar o desperdício encontrado nos atuais padrões de consumo dos mais privilegiados.

Destarte, nessa imensidão de informações acadêmicas, o autor possibilita reflexões corretivas sobre o conteúdo exposto, resguardando a literatura do principal interesse: a ideia do desenvolvimento econômico. Externalizando seus pensamentos de forma descrente, Furtado (1974, p. 75) declara que “[...] temos assim, a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável.”.

CONCLUSÕES

Este estudo pretendeu reunir as contribuições de autores renomados onde provocasse questionamentos epistemológicos das correntes categorias que atravessam, notadamente as pesquisas sobre desenvolvimento e suas derivações. Tais questionamentos com vistas à produção cognitiva, manifesta-se atualmente ainda mais pertinente em discursos oficiais midiáticos, da transitoriedade desenvolvimentista.

Retoma-se muitas vezes as questões do “poder hegemônico”, quando esses possuem uma capacidade incontestável no controle populacional sobre o sistema mundial. Nessa visão, dada às alternativas de agrilhoamento gramatical de “desenvolvimento” seriam a marginalização voluntária da palavra em contexto.

Destarte, o dito desenvolvimento, percorrido em todo o conteúdo deste ensaio, ocorreu de forma desigual, pois identificou-se com diferenças significativas no decorrer de todo seu processo de mudanças evolutivas, e também, de forma combinada, tendo em vista as simbologias utilizadas pelos autores ao construir alternativas vocabular históricas ponderáveis às justificativas apresentadas por eles.

Fundamentado, pois, em todas as exposições, pode-se considerar que o desenvolvimento na contramão do progresso que está perdendo suas características mais ampla, qual seja a de considerar seus vários aspectos, em função de uma política desenvolvimentista, a qual privilegia a dimensão econômica.

Conclui-se, portanto, pela necessária delonga dos questionamentos sobre desenvolvimento e progresso, que é essencial apresentar a dinâmica extraída da problematização inserida na temática, própria dos modelos de desenvolvimento. É mister pois, que a modernização conceitual do desenvolvimento, seja desvelada na sua eloquência transformadora, no descortinamento necessário aos segmentos da economia e da política.

De qualquer forma, não polemizar e politizar os modelos desenvolvimentistas e progressistas, que terminam por se tornar redundantes em larga desigualdades sociais, tornar-se-á formas conservadoras, por isso, pode-se dizer que o “subdesenvolvimento”, em suas diferentes vertentes, encontra-se ainda, em construção.

BIBLIOGRAFIA

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.68-76.

RADOMMSKY, Guilherme. **Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento. A crítica da modernidade e a emergência de “modernidade” alternativas**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.26, n.75, 2000.

SBERT, José Maria. **Progresso**. In: Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.